

# Federal não registram a evolução da cidade

Último levantamento feito pela Codeplan da cartografia local data de 1982

Rodrigo Bittar  
de Brasília

Há um Distrito Federal parado no tempo, mais precisamente no ano de 1978, quando não existiam o ParkShopping, o Carrefour nem o menor vestígio dos investimentos que tentaram dar uma vida econômica mais ativa àquela cidade meramente administrativa de 21 anos atrás. Essa Brasília está guardada na Mapoteca da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), como o registro mais atual que o órgão dispõe na escala um por dois mil, a mais detalhada, que pode ser usada por estudantes, engenheiros, cartógrafos, e quem mais for procurar pelos registros oficiais do DF. Em alguns casos, a documentação sob essa escala é de 1982. Levando-se em conta a escala um por dez mil, os últimos registros datam de 1991.

“Vamos lançar no mês que



Fábio Pozzebon

*O mapa cartográfico de Brasília registra uma cidade hoje muito menor*

vem os novos mapas, que cobrirão 700 metros quadrados do Distrito Federal”, anunciou o presidente da companhia, Durval Barbosa. Essa área equivale a 12% do território total do DF que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 5.822,1 km². Esse novo levantamento — contratado em parceria entre a

Codeplan, CEB, Caesb, Telebrasil e Terracap — se refere a um vôo realizado em outubro de 1997 pelo Consórcio Brasília Legal, formado pelas empresas paraenses Engefoto, Esteio e Aerosul. “Recebemos o trabalho cheio de erros crassos e tivemos que revisá-lo inteiro”, lamentou José Ventura dos Santos, gerente de Coleta de Informações da Codeplan. Segundo ele, o consórcio disse ter revisado 10% das 673 folhas encomendadas, “mas, mesmo nessas, as folhas não se juntavam; aconteciam casos de estradas que em uma folha era representada como dupla e na outra, como simples; alguns rios subiam morros”, enumerou Ventura.

Renato Asinelli Filho, representante legal do consórcio, disse que os problemas foram ocasio-

nados basicamente por três motivos: o pequeno prazo que se deu para entrega do material, o baixo preço pago pelo trabalho e as dificuldades financeiras enfrentadas pela Aerosul, que era responsável pela parte oeste do levantamento ortofotocartográfico.

Para Asinelli, o ex-governador Cristovam Buarque (PT) apressou a entrega dos mapas para que houvesse tempo de serem apresentados antes da posse de Roriz. “Isso fez com que não tivéssemos tempo de investigar detalhadamente o trabalho”, acrescenta. Ainda segundo o representante do consórcio, o valor de R\$ 3 milhões, pago pelas novas folhas, foi cobrado em “um momento em que ninguém sabia avaliar bem os custos do trabalho; se fosse realizado hoje, certamente custaria o dobro”, completa.